

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1874648 - PR (2021/0108571-4)

AGRAVANTE : BANCO OURINVEST S/A
ADVOGADO : FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MG096864
AGRAVADO : CARLA REGINA BUSCHMANN SETIM
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS SILVEIRA BELINTANI - PR004353
: DIEGO IACONO ACCETI - PR046007

DECISÃO

ida-se de agravo apresentado por BANCO OURINVEST S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INCONFORMISMO DA PARTE EMBARGANTE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO – INOCORRÊNCIA – A DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO PELO SERVIÇO DE DEPÓSITO JUDICIAL CONTIDA NA SENTENÇA ERA ILÍQUIDA – REEMBOLSO DE ALUGUERES EM RAZÃO DA GUARDA DE BEM SOB DEPÓSITO – PARTE EMBARGADA PETICIONOU A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO – DEMORA DO JUDICIÁRIO NA EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO – INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL SÓ OCORREU APÓS O JUÍZO DAR LIQUIDEZ À DÍVIDA – AÇÃO DE EXECUÇÃO INTERPOSTA DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ART 206 §1 III DO CC RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 206, § 1º, do CC, no que concerne à ocorrência da prescrição, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

E, assim não havendo, a situação importa, logicamente, em afronta direta e reta ao disposto no artigo 206, §1º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, bem como revela inegável DISSÍDIO PRETORIANO com a própria orientação pacífica desse mesmo C. STJ (fls. 61).

Superior Tribunal de Justiça, impondo, assim, necessário reexame da situação e seu devido reparo, via provimento do presente Recurso Especial. Olhos fitos, aliás, no que se contém no processo, vale notar que a tal certidão de crédito trazida

como suposto título executivo não define a data da constituição do crédito em si para fins de contagem de prazo prescrição. Ela tão somente textualiza o valor do crédito já constituído anteriormente, tanto assim que, a própria referida certidão, em seu texto, faz alusão ao valor de R 12.230,00 (doze mil e duzentos e trinta reais) atualizado até 12/03/2009, correspondente a 68 (sessenta e oito meses de aluguel) pretéritos. Se houve atualização é porque havia um valor base anterior, obviamente!!! (fls. 62).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Assim, levando-se em conta o momento em que o título passou a ser certo, líquido e exigível, em 13/04/2012, a apelada dispunha do prazo de um ano para propor ação de execução relativa a remuneração devida pelo encargo recebido, o que ocorreu em 20/04/2012, por conseguinte, não há que se cogitar acerca da prescrição da pretensão de execução da apelada.

Diante de todo o exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente recurso, mantendo a sentença nos termos em que foi proferida. (fls. 46).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.311.173/MS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 16/10/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente